



BRASIL EM FOCO

Análises & Comentários

HUMBERTO DANTAS

AGOSTO 2017

Tentando dimensionar a incerteza política do Brasil

O índice da bolsa de valores a mais de 70 mil pontos, indicadores sugerindo que o pior da crise econômica está passando. PIB estimado perto de zero, bem diferente dos números extremamente negativos dos dois últimos anos. Inflação sob um bom controle e arrefecimento do desemprego, para muitos, como último componente da fila de melhoras, tentando dar sinais de vida. Se tudo isso ocorre por razões econômicas parece possível dizer que alguns analistas desse universo sejam capazes de explicar o que de fato está havendo. Mas é preciso reconhecer que nunca os analistas políticos foram tão demandados pelo mercado, pelo universo econômico. Nesse sentido, seria possível dizer que a realidade política tem trazido impactos dos mais expressivos. Restaria assim, nesse caso, fazer a seguinte pergunta: quem está enxergando estabilidade de longo prazo no Brasil? Quem consegue ter a certeza que em 2018 o país passará por calmaria capaz de levar a um cenário em que um candidato (ou candidata) pró-mercado vença as eleições – seja isso bom ou ruim, e não é esse o ponto central desse texto? Perceba: o que está em jogo aqui é o tamanho da incerteza política que vivemos, em contraste com o otimismo de certos agentes econômicos que parecem se ancorar em leituras mais imediatas ou míopes do cenário.

Dessa forma, se o intuito é verificar a dimensão de tal incerteza, o que dizer de tudo o que o país viveu até aqui? O governo de Michel Temer se fez a partir da derrubada de uma política que sofria fortes problemas de articulação política, mas que naufragou levando consigo um partido imenso, de um líder relevante para a história política do Brasil. Goste ou não de Lula ele ainda carrega nas pesquisas cerca de 30% das intenções de voto, e se diz vítima de golpes, complôs e intolerâncias. Seu discurso, cada dia mais ácido, é ignorado por muitos, mas fosse um agente frágil e não seria tão fustigado. Empossado na Presidência temporariamente, Temer “venceu” o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Posteriormente, teve no Tribunal Superior Eleitoral, junto com a ex-presidente, uma vitória que o manteve no cargo. E mais recentemente articulou junto à Câmara dos Deputados uma vitória que o permitiu assistir ao arquivamento do processo que a Procuradoria Geral da República desejava abrir contra ele no Supremo Tribunal Federal. Com tamanha força é importante destacar que junto à opinião pública o presidente colhe resultados lastimáveis. Seus índices de aprovação são irrisórios, os piores da história pós-redemocratização. O Ibope, em sua pesquisa sobre a confiança nas instituições mostra que a figura do presi-



BRASIL
EM FOCO
AGOSTO 2017

www.kas.de/brasil

dente da República, que já atingira quase 70% de confiança em 2010 conseguiu, em 2017, situar-se abaixo dos partidos políticos, a instituição de maior ausência de credibilidade desde o início do levantamento anual em 2009. Assim, se em setembro de 2016 escrevemos, em alusão às Olimpíadas, que Michel Temer vivia um salto triplo para se firmar no poder, representado pela reconciliação do Executivo com o Legislativo, o desfecho do impeachment e o sucesso do PMDB nas eleições municipais – que novamente fez mais de mil prefeitos – o que seria todo esse novo desafio do Executivo Nacional? Aparentemente um novo salto triplo. E aqui está o problema maior: Temer tem se mostrado um saltador, mas isso parece ter preço alto para o país. Suas medidas de sobrevivência custam caro. As reformas desejadas por setores do mercado são anunciadas, mas em casos considerados estratégicos não logram o êxito planejado em exemplos como a Previdência Social. Sua comunicação com a sociedade é extremamente frágil, a ponto de sequer capitalizar de forma positiva a liberação de bilhões de reais de contas inativas do FGTS. Até mesmo o pacote de privatizações encontra resistência na sede oportunista de seus aliados, que discursam a favor de um Estado menos inchado, mas reclamam nos bastidores que a desestatização incorrerá na perda de espaços ocupados por achegados políticos. Como conviver com esse cenário?

Completa a total lógica de incerteza a postura de um fragmentado PSDB, capaz de se atacar internamente, de investir contra o governo do qual foi fiador absoluto e, ao mesmo tempo, se manter em posição privilegiada dentro dele. O partido, tido por muitos como um vencedor quase “natural das eleições de 2018” não demonstra por onde atingir tal êxito. Seus principais líderes são mais rejeitados que Lula – Alckmin, Serra, FHC e Aécio Neves – conforme recente pesquisa Ipsos. João Dória não é bem visto por muitas fileiras da legenda e teria que desbancar seu padrinho político para viabilizar sua candidatura dentro do partido. Ademais, teria que provar que o “gestor não político” tem razões de sobra para disputar duas eleições seguidas. Que discurso utilizaria? Seu semblante de novidade teria data de validade?

Entre os tucanos, ainda é necessário explicar a votação contra Michel Temer no processo da PGR que tanto desagradou outros partidos da base do governo. Isso porque os tucanos não são senhores absolutos de uma possível saída da sustentação ao Planalto. Como angariariam apoios em 2018? Como trazer legendas que deem apoio necessário com estrutura partidária, exemplos de PMDB, PSD, PP, PR, PTB, PSB, PPS, DEM e outros que aparentam objetivos distintos e demonstram posturas diferentes? Seria possível organizar algo com parte expressiva desse grupo? Por fim: sob quais regras e em que

BRASIL
EM FOCO
AGOSTO 2017

www.kas.de/brasil

condições, de fato, as eleições de 2018 serão disputadas?

Assim, para além dos aspectos levantados, daqui até às eleições três períodos precisam ser observados com muita atenção para que seja possível responder à essa última pergunta. **O primeiro deles** o país está vivendo. Trata-se do mandato em que os parlamentares entenderam ser importante aprovar algum tipo de reforma política-eleitoral. Chama a atenção como o Legislativo não é capaz de se planejar de maneira a evitar que tudo seja feito de maneira caótica e atabalhoada. Claro que isso pode ser um elemento estratégico, mas certamente se tal suposição for verdadeira, efetivamente não temos um poder capaz de primar pelo respeito ao debate e ao tempo da democracia. Ademais, sequer a tática soa inteligente, pois a urgência desarticulada, principalmente dos deputados, resulta em uma sensação de caos que nos faz crer que pouco será aprovado em matéria de mudança. Nesse sentido, se nossos legisladores tivessem um norte em matéria de reforma política, ou fossem liderados para isso, se soubessem por quais valores o sistema desejado deve primar e se fizessem isso de forma ordenada, talvez pudéssemos efetivamente chegar a algum resultado positivo.

As ideias nascidas na Câmara são fustigadas pela imprensa, por formadores de opinião e pelas parcelas mais próximas da política. Logo nota-se que muito do que era defendido pode não

prosperar, casos mais notáveis do questionável Distrito e de um fundo para a democracia que dragaria quase R\$ 4 bilhões dos cofres em nome das campanhas. Com base em dificuldades para a aprovação dessas matérias, o que não faltam são parlamentares que lançam aos ventos ideias esdrúxulas, desprovidas de sentido, ou minimamente desassociadas de qualquer debate que pudesse formar alguma maioria consistente dando sinal de um pavoroso e cultural individualismo pouco condizente com o coletivo requerido de um parlamento. O que a Câmara carrega hoje de mais provável em matéria de aprovação é uma iniciativa nascida no Senado, uma casa eleita majoritariamente, que versa fortemente sobre pontos do sistema proporcional – que elege os deputados, que parecem incapazes de chegar a algo que lhes diga respeito em matéria de mudança. Tal matéria está associada à ideia: a) de aprovação de uma cláusula branda de desempenho e; b) do fim das coligações em eleições proporcionais.

No primeiro ponto, chamado de “a”, aquele percentual aprovado em meados da década de 90, e que passaria a valer para as eleições de 2006, que de fato ocorreu sob tal regra e foi considerada inconstitucional, a *posteriori*, pela instável justiça eleitoral, estava na casa dos 5%. Quantos partidos de fato conquistaram esse percentual no país nas eleições para deputado federal? Em 2014 poucos, sobretudo por conta da fragmentação de legendas no país e

BRASIL**EM FOCO**

AGOSTO 2017

www.kas.de/brasil

nos organismos de representação. Assim, abrandou-se esse limite para algo como 1,5% com viés de alta para eleições futuras, podendo chegar a 3% daqui a alguns anos. O que isso significa? Que os partidos médios e pequenos continuarão sendo representados, e é deles que se depende para a aprovação de algo dessa magnitude. O Brasil dos anos 90, por exemplo, tinha a representação política concentrada em poucas legendas. PFL (hoje DEM) e PSDB, por exemplo, fizeram somados mais de 200 deputados federais no pleito de 1998. Essa realidade já não existe mais. Ademais, importante salientar que detalhes do projeto que institui a tal medida de desempenho merecem atenção. Uma cláusula robusta e impactante, em tese, proibiria aqueles que não a obtiveram de ter acesso: a) ao Fundo Partidário – dinheiro público utilizado para parte da sobrevivência dos partidos; b) aos meios de comunicação pagos com dinheiro público para a exposição de ideias partidárias e eleitorais; c) às próprias vagas nos parlamentos, redistribuindo as cadeiras conquistadas entre as legendas que lograram êxito, o que para muitos facilitaria a governabilidade e emprestaria uma leitura mais clara ao eleitor do que de fato é o sistema partidário nacional. Esses três aspectos não estão exatamente em jogo no que se discute no parlamento.

Os dois primeiros pontos aparecem nos projetos, mas o terceiro não. Primeiramente surgiu no Senado, casa onde

nasceu a versão atual do que se discute, que o partido ficaria fora da Câmara dos Deputados, mas o parlamentar eleito não. Isso lhe daria uma espécie de *voucher* para escolher seu destino entre as agremiações exitosas. A pergunta óbvia: como separar partido de candidato? Como permitir, sob o sistema proporcional vigente, que um sujeito eleito com votos de legenda e de colegas mais ou menos votados no partido (ou na coligação) se desvincule antes da posse e escolha livremente com quem negociar sua filiação? Se isso era o necessário para a ideia prosperar, é possível afirmar que não existe razão ética em se aprovar uma aberração desse tipo. Como “evolução” dessa leitura, os dois primeiros pontos seriam contemplados, mas o terceiro estaria fora de cogitação, ou seja, os eleitos tomarão posse por seus partidos originais, e esses apenas não terão acesso aos recursos públicos, estando assentados. Como imaginar que um parlamentar se manterá fiel ao partido de origem em uma realidade de tamanho desequilíbrio de acesso aos recursos? Na primeira oportunidade não seria razoável imaginar sua desfiliação e troca para um partido com acesso a recursos essenciais para a aparição nos meios de comunicação e disputa de eleições? Resumindo: não parece existir chances de se criar uma medida de desempenho com semipunição. Ou se toma coragem para a realização profunda do que se deseja, ou se edifica arremedos de exigências de medidas de limitação.

BRASIL
EM FOCO
AGOSTO 2017

www.kas.de/brasil

No segundo ponto do que pode avançar, o fim das alianças em eleições proporcionais, a correção não está exatamente no que alguns dos seus defensores pregam. Não é essa medida que reduzirá o número de partidos representados, como deseja parte de seus simpatizantes. As simulações feitas com base em eleições passadas são extremamente frágeis, pois ao se aliarem os partidos estabelecem estratégias muito diferentes daquelas que tomariam se a união fosse vetada. Ainda assim, com base em tais números, a cláusula de desempenho em 5%, por exemplo, seria muito mais eficiente para limitar a pluralidade de representação de partidos que a medida aqui discutida. O que o fim das coligações em pleitos proporcionais corrige de forma clara é a distorção do desejo do eleitor, que ao votar na legenda A tem a chance de ter o seu voto destinado ao candidato do partido B coligado sem ao certo saber como esse mecanismo funciona. Claro que aqui o ideal, com semblante de utopia, seria a formação cidadã desse eleitor. Mas a despeito de tal aspecto, é fato que as uniões em disputas proporcionais distorcem vontades e são defensáveis sob tal aspecto.

A despeito desses dois pontos mais prováveis de prosperarem, importante voltar na questão do financiamento. Aqui a criatividade parlamentar parece se vestir de forma mais exagerada. Inicialmente defendeu-se a ideia de um fundo que capte 0,5% das receitas da

União, o que seria equivalente, em instante de crise de arrecadação, a algo como R\$ 3,6 bilhões. Primeiro desafio: como dividir esse montante, e ideias não faltam, sendo clara a vontade de se beneficiar alguns partidos em detrimento de outros. Segundo desafio: ultrapassar as barreiras das críticas da opinião pública, que não aceita somar ao quase R\$ 1 bilhão do Fundo Partidário e a cerca de R\$ 1 bilhão das isenções do horário eleitoral “gratuito” mais uma amarga conta de quem parece descrente na democracia e não aceita seu caráter dispendioso. Tal questionamento, obviamente, está atrelado ao fato de que vivemos crise mundial de representação, mas este aspecto não será tratado aqui. Diante de tal ponto, surge o terceiro desafio: como criar algo alternativo que não deixe os partidos à míngua em ano eleitoral? E dessa questão surge o que existe de mais assombroso em matéria de uma diversidade aparentemente incapaz de convergir para algo sério e correto. O risco está em aprovar tal matéria de forma urgente, tendo em vista o prazo de início de outubro para a validação ainda no pleito seguinte, em 2018. O sistema de financiamento como está parece desagradar aos políticos a partir da experiência de 2016.

A eleição passada acumulou três “reformas políticas”: parte do que foi definido em dezembro de 2013 e não pôde vigorar no pleito de 2014; a reforma política de 2015, capitaneada de forma muito questionável pelo hoje detento

BRASIL
EM FOCO
AGOSTO 2017

www.kas.de/brasil

Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e; a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o financiamento de campanha. E esse terceiro item é o ponto que merece maior atenção. A posição da justiça não incorreu em uma nova legislação, mas sim numa anulação, ao sabor da interpretação, do que vigia até então. Esse corte deixou sequelas e pendências. As empresas, maiores doadoras lícitas até então, foram tiradas do jogo, mas os empresários e os cidadãos do país puderam continuar doando 10% de seus ganhos do ano anterior, o que pode dar maior poder aos mais ricos. Isso mantém um desequilíbrio profundo no jogo, por mais que muitos defendam que arrefeceu-se o peso empresarial. Ademais, elevou-se a força dos partidos políticos, que com o dinheiro oficial do Fundo passaram a estabelecer estratégias mais centralizadas acerca do financiamento, o que para muitos intérpretes é tese relevante que eleva a importância das legendas. Ademais, não assistimos a um combate mais eficiente do famigerado caixa dois, e vimos surgir o peso do autofinanciamento de campanhas, dando espaço e vitórias a candidatos muito ricos e suas capacidades de se bancarem e auxiliarem nas campanhas de seus colegas de partido. Todo esse cenário de 2016 mereceria reflexão profunda e uma legislação equilibrada, que não fosse resultado de um ajuste da justiça. Isso não aconteceu, e o que há é uma discussão sobre formas de garantir recursos públicos às campanhas, algo ilegítimo à luz da crise econômica e do distanciamento de

parcelas expressivas da sociedade na política. Como resolver esse problema? Com ideias.

E elas são múltiplas: proibição de televisão e rádio nas campanhas, o que as baratearia, mas as esconderia; conversão das emendas parlamentares e de recursos das fundações partidárias em dinheiro para o Fundo Especial de Financiamento da Democracia, o que não parece capaz de formar maiorias; volta das empresas ao universo de doadores, com fiscalização mais acentuada, levando à pergunta sobre porque não foram fiscalizadas e punidas com absoluto rigor antes; e, até mesmo, a liberação da exploração de jogos de azar por parte dos partidos políticos, criando algo como o "Bingo Tucano", o "Cassino Petista" etc. Faz sentido esse tipo de ideia? Pior: é possível sonhar com a aprovação a isso em cerca de um mês? Não. E o que teremos? Impossível dizer até o começo de outubro.

O segundo período político que merece a atenção dos eleitores está situado entre março e abril de 2018. Trata-se da abertura da janela para os políticos eleitos sob o sistema proporcional trocarem de partido. Com base na crise das legendas, na aparente centralidade da distribuição de recursos de campanha nas mãos de tais organizações e numa tentativa de trocas de nomes de agremiações dessa natureza que visa a uma questionável oxigenação e aparente falsa renovação, o que podemos imaginar do período? Sem apego ao grupo pelo qual foi eleito (ou na qual

BRASIL
EM FOCO
AGOSTO 2017

www.kas.de/brasil

Sobre o autor:

Humberto Dantas – doutor em ciência política, professor universitário, colaborador e conselheiro da KAS.

está) é muito provável que assistamos a manobras expressivas entre deputados federais, estaduais, distritais e vereadores, buscando acomodação à luz da leitura que farão do que for resultado da reforma política, do cenário político e dos cálculos eleitorais individuais. É nesse período também, até o começo de abril de 2018, que os cidadãos, em geral, que não têm filiação partidária, devem se associar a algum grupo – ou trocarem, para aqueles que estão atrelados atualmente, a despeito de terem ou não mandatos. Figuras do meio artístico, do Judiciário e tantos outros darão pistas relevantes do que teremos pela frente. Ademais, é relevante observar que é nesse período que vence o prazo de desincompatibilização dos membros do Poder Executivo, o que mostrará quais políticos – ministros, secretários, governadores em segundo mandato, prefeitos etc. – estarão dispostos a pedir votos para si em outubro. Aqui vale calcular as centenas de filiações, trocas e movimentações das mais diferentes naturezas, o que pode gerar todo tipo de especulação.

Por fim, **o terceiro período** ocorre entre o final de julho e o começo de agosto de 2018, se a regra vigente inaugurada em 2016 continuar valendo. Trata-se do instante das convenções partidárias, sucedido pelo registro das candidaturas. É aqui que são oficializados acordos e também verificadas as estratégias, muitas delas previsíveis, outras sugerindo desacordos e traições que costumam ser publicamente reclama-

dos pelas supostas vítimas. É aqui que são conhecidos os candidatos de fato. E importante salientar: as campanhas estão mais curtas, graças à reforma de 2015. Os partidos têm poucos dias para apresentarem candidatos e ideias, e em tese com menos dinheiro somam ausência de recurso e tempo escasso. O que fazer?

Fato que a soma de toda essa realidade coloca o Brasil em imenso oceano de incertezas. Quem disser que tem uma previsão consistente do próximo ano político não pode ser levado a sério. Se acertar é sortudo, se errar apenas demonstrará o que todos sabem: previsões nesse instante são arriscadas demais. Como investir nesse cenário? O que esperar? Quem serão os candidatos? O que podemos esperar em termos de previsibilidade? O título desse texto, diante de tudo o que foi apresentado leva à seguinte conclusão: a incerteza é imensa. Mas qual o tamanho dela? Não parece possível dizer.

Nota final: atente para algo bastante relevante no texto acima. A instabilidade política foi observada sob diferentes aspectos, mas em momento algum se tratou do poder explosivo de novas fases da Operação Lava-Jato, de outros escândalos de corrupção, do vazamento de novos conteúdos, de delações vindouras, do papel dos meios de comunicação, da possível volta do ativismo das organizações da sociedade etc. Isso traria elementos adicionais de instabilidade. Mais?